



HORIZONTES

Projeto de Educação Ambiental

Coleção "HorizontES": Compreendendo as transformações na Bacia do Espírito Santo

Caderno 3

Participação social, gestão compartilhada e novos horizontes



A realização do Projeto de Educação Ambiental HorizontES é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo Ibama.

Conteúdo

Apresentação	5
Unidade 1: Participação social e gestão compartilhada do território	7
Unidade 2: Experiências de planejamento territorial no Espírito Santo	14
Unidade 3: Novos horizontes	19
Relembrando	24

Apresentação

Olá!

**Seja bem-vinda e bem-vindo
ao Caderno de Leitura 3 do
PEA HorizontES.**

Nosso objetivo é despertar seu interesse e te motivar a pesquisar mais sobre os temas aqui abordados.

Este é o terceiro de uma coleção organizada em três cadernos. Juntos, eles convidam você a refletir sobre os caminhos da produção de petróleo e gás no Espírito Santo, seus impactos e os desafios para a gestão compartilhada do território.

Neste caderno, vamos falar sobre planejamento territorial diante de dois desafios concretos:

A redução progressiva das receitas de *royalties* e o processo de descomissionamento de instalações marítimas. Esses desafios demandam a participação ativa da sociedade e arranjos de gestão compartilhada do território.

Durante décadas, os *royalties* representaram uma das principais fontes de financiamento das políticas públicas nos municípios costeiros do Espírito Santo e ajudaram a manter escolas, hospitais, estradas e programas sociais. Esse ciclo, no entanto, não dura para sempre: à medida que os campos maduros de petróleo encerram sua produção, a arrecadação diminui e pode comprometer a manutenção de serviços públicos.



O mesmo acontece com o descomissionamento. Quando plataformas e outras estruturas da produção de petróleo em alto-mar são retiradas ou adaptadas, os impactos podem afetar empregos, a economia local e o meio ambiente, exigindo regulação e controle social.

Portanto, enfrentar esses desafios depende da transparência, da participação da sociedade e de uma gestão compartilhada. É preciso administrar com responsabilidade os recursos atuais e preparar alternativas que fortaleçam diferentes setores da sociedade.

Ao longo deste caderno, vamos discutir os fundamentos da participação social e da gestão compartilhada, conhecer experiências de planejamento participativo no Espírito Santo e refletir sobre perspectivas de futuro. **Mais do que analisar números, o Caderno 3 convida você a refletir sobre o papel da sociedade na construção de novos horizontes para o estado.**

Ao final desta leitura, esperamos que você possa **COMPREENDER** que:

- A diminuição dos *royalties* pode comprometer políticas públicas essenciais, mas esse impacto pode ser mitigado com planejamento prévio e uso responsável dos recursos.
- O descomissionamento de plataformas pode gerar impactos, que devem ser acompanhados de perto pela sociedade.
- Esses desafios exigem estratégias de planejamento e de gestão compartilhada, de médio e longo prazo.
- Espaços de participação como conselhos e fóruns podem fortalecer o envolvimento da sociedade e promover a transparência dos processos.
- Novas alternativas econômicas precisam ser construídas com diálogo e responsabilidade.

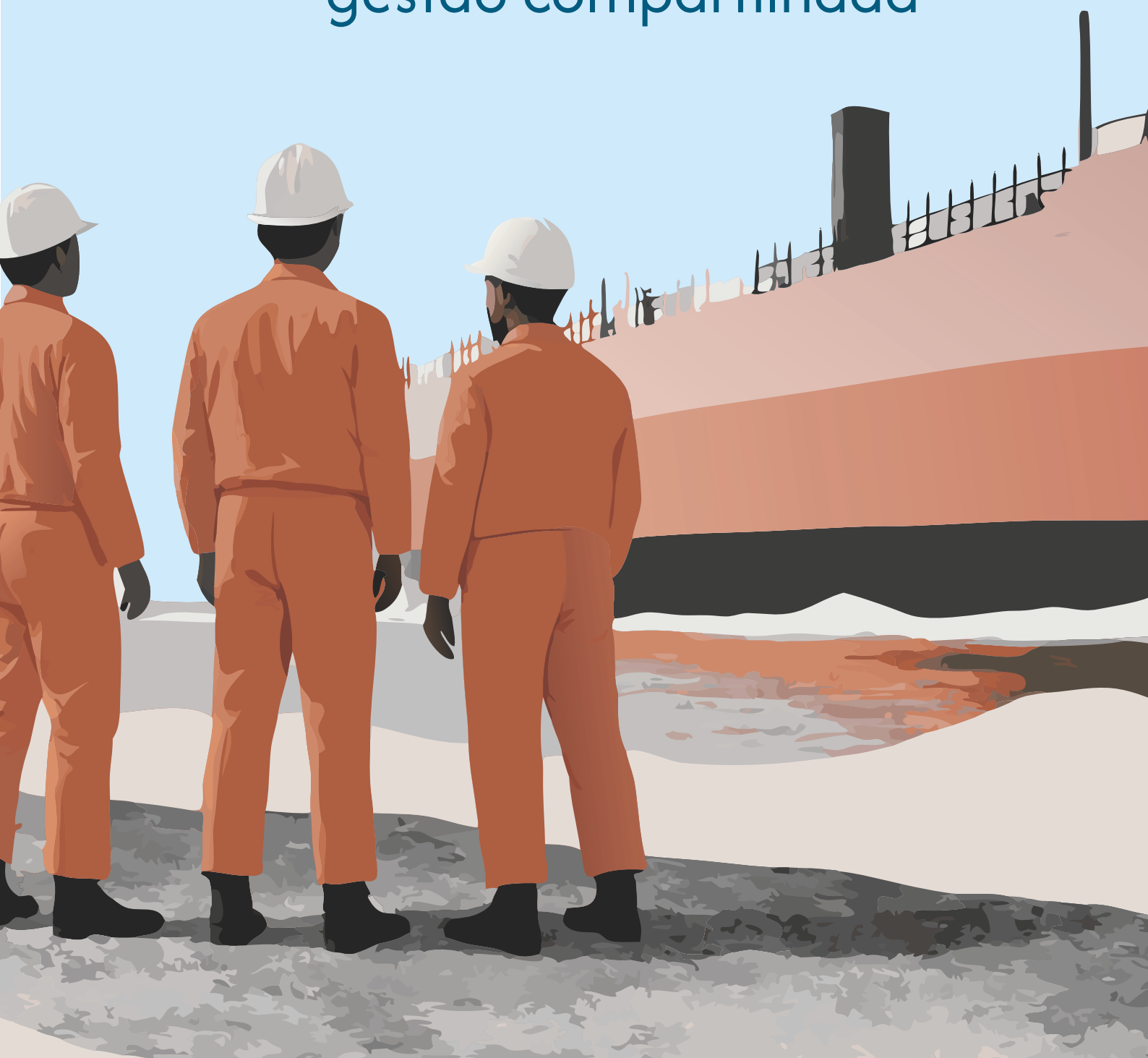
O futuro será resultado das escolhas que fizermos hoje. Esperamos que você participe desse debate e da construção de soluções coletivas para o litoral capixaba.

Boa leitura!



Unidade 1:

Fundamentos da participação social e da gestão compartilhada



O mar é espaço de cultura, trabalho e memória para milhares de pessoas no Espírito Santo. Nele, comunidades pesqueiras organizam seus modos de vida, famílias garantem seu alimento, empresas de petróleo e gás instalam suas operações e novas atividades começam a ser planejadas. Esse conjunto de usos mostra que o mar é um bem comum. Como pertence a todos, deve ser cuidado de forma coletiva.

No entanto, cuidar coletivamente do ambiente marinho não acontece de maneira espontânea.

Para que decisões sobre o futuro sejam justas, é necessário criar mecanismos de diálogo entre diferentes setores e distribuir responsabilidades sobre o uso e a preservação dos recursos naturais. Esse é o coração da gestão compartilhada.

No litoral capixaba, a queda da arrecadação de *royalties* e o processo de descomissionamento são considerados **problemas públicos**. Quando os recursos da arrecadação diminuem, por exemplo, serviços sociais e outras políticas mantidas pelos municípios podem ser comprometidos. O processo de descomissionamento pode gerar impactos ambientais e sociais. Neste cenário, a participação social é fundamental para que as necessidades locais recebam atendimento adequado.

Você sabia?



Chamamos de “problema público” aquilo que atinge coletivamente uma comunidade e exige solução organizada.

As políticas públicas são justamente as ações planejadas para enfrentar estes problemas e garantir direitos fundamentais, como saúde, educação e um meio ambiente equilibrado. O objetivo principal de uma política pública é melhorar a qualidade de vida da população. Essas políticas seguem um ciclo que pode ser explicado em cinco etapas:



Identificação do problema: Quando a sociedade ou o governo reconhecem que existe uma situação que precisa ser enfrentada, como a redução da arrecadação municipal de *royalties* ou a necessidade de regular o descomissionamento de campos de petróleo.



Entrada na agenda: Quando o problema passa a ser discutido oficialmente pelos governantes e ganha prioridade política.



Formulação de propostas: Quando são construídas alternativas de solução, como a criação de fundos de reserva, o investimento em novas cadeias produtivas ou ampliação de programas para diversificação econômica.



Decisão: Quando o governo escolhe entre as alternativas apresentadas e define qual política será adotada.



Implementação e avaliação: Quando a política escolhida é colocada em prática e, depois, acompanhada para verificar se deu resultado ou se precisa ser ajustada.



Esse ciclo se renova porque novos problemas surgem e soluções antigas deixam de funcionar. A sociedade pode intervir ao pressionar para que um problema entre na agenda, ao apresentar propostas na formulação, ao fiscalizar a execução e ao avaliar os resultados. A decisão final, no entanto, cabe ao governo. Ainda assim, quanto mais ativa for a participação, maior a legitimidade e a qualidade das políticas públicas.

Participação social

A participação da sociedade civil é fundamental, pois permite que pessoas e organizações contribuam nas decisões que impactam diretamente a comunidade. Isso significa que governo local, os cidadãos, as empresas e diferentes associações, trabalhem juntos trocando ideias e responsabilidades, para que as ações sejam mais justas, transparentes e eficazes. Quando todos têm voz e podem contribuir, as decisões refletem melhor as necessidades de quem será afetado e fortalecem a colaboração entre diferentes grupos.



Participar da criação, da execução e da avaliação de políticas públicas é um direito garantido pela Constituição Brasileira, que reconhece a importância de envolver a sociedade em todos os níveis de tomada de decisões. No entanto, essa participação pode assumir diferentes formas:



Consultiva: Quando a população faz sugestões ou opina sobre um problema para subsidiar as decisões públicas.



Informativa: Quando cidadãos consultam ações, dados e decisões do poder público de forma clara e transparente.



Reivindicatória: Quando a sociedade se mobiliza para expressar demandas, necessidades ou insatisfações para defender direitos ameaçados.

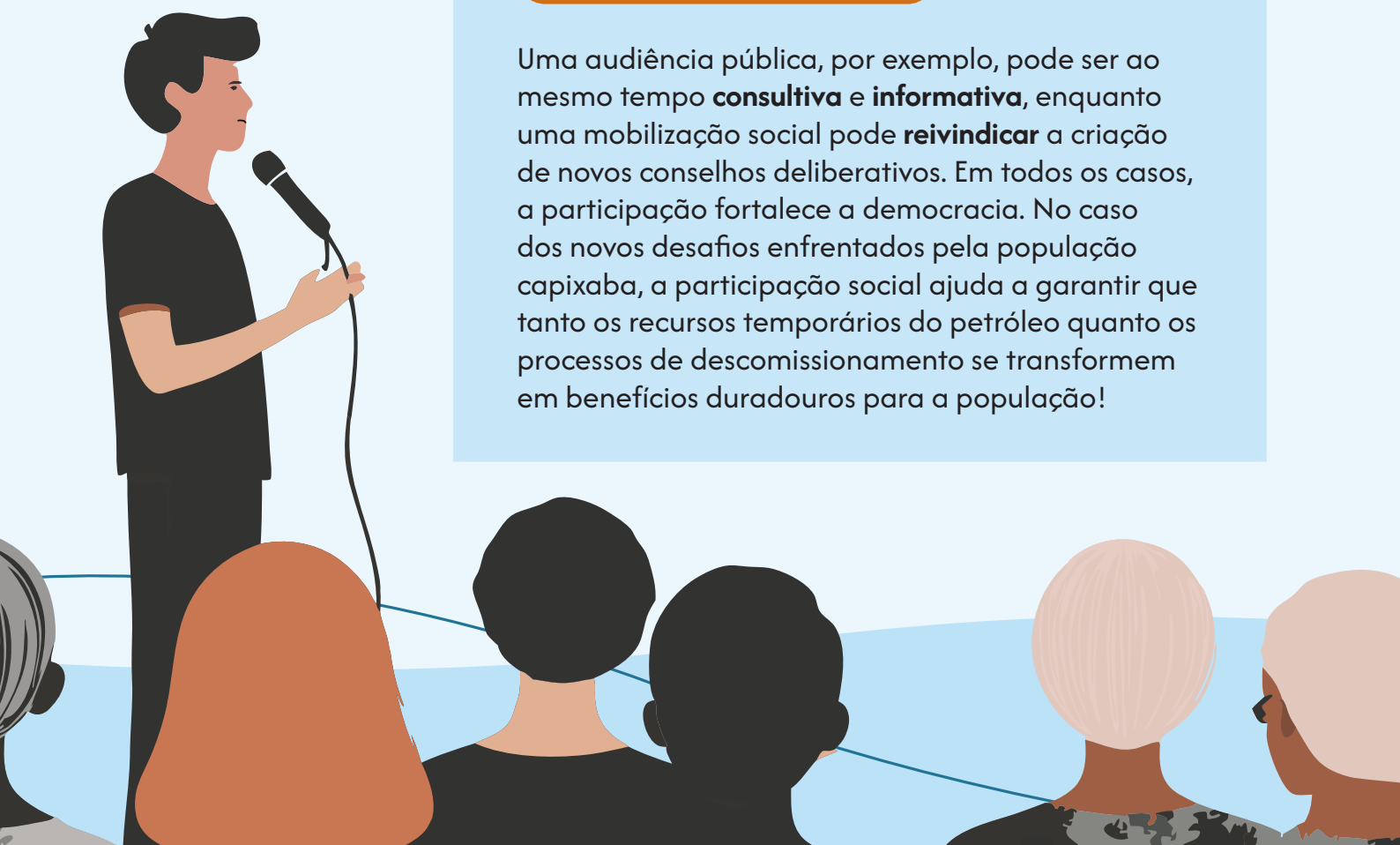


Deliberativa: Quando representantes da sociedade participam ativamente da tomada de decisões com o poder público por meio de conselhos municipais ou estaduais.

Para entendermos melhor...



Uma audiência pública, por exemplo, pode ser ao mesmo tempo **consultiva** e **informativa**, enquanto uma mobilização social pode **reivindicar** a criação de novos conselhos deliberativos. Em todos os casos, a participação fortalece a democracia. No caso dos novos desafios enfrentados pela população capixaba, a participação social ajuda a garantir que tanto os recursos temporários do petróleo quanto os processos de descomissionamento se transformem em benefícios duradouros para a população!



Gestão compartilhada

A gestão compartilhada significa assumir, junto com o governo e outros setores, responsabilidades sobre decisões e resultados.

No contexto da produção de petróleo em alto-mar, a gestão compartilhada pode se concretizar em acordos sobre o uso responsável dos *royalties*, em iniciativas conjuntas de proteção das áreas de pesca ou em projetos de transição econômica planejados coletivamente.

Tanto a redução das receitas municipais quanto o descomissionamento exigem transparência, fiscalização e participação. Mais do que isso, demandam arranjos de gestão compartilhada que garantam à sociedade voz e corresponsabilidade sobre o futuro.

Refletir sobre participação social e gestão compartilhada é, portanto, pensar em democracia aplicada ao cotidiano do litoral. É reconhecer que o mar, a terra e os recursos naturais são bens comuns, cujo futuro depende da capacidade de todos os setores de agir juntos.



Unidade 2:

Experiências de planejamento territorial no Espírito Santo



Vamos observar experiências reais que combinam participação e planejamento territorial?

O **Conselho Municipal de Petróleo e Gás de Aracruz (CMPG)**, órgão colegiado criado pela Lei Municipal nº 3.460/2011, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, tem a função de aprovar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Plano de Aplicação dos recursos oriundos dos *royalties* e participações especiais da extração de petróleo e gás no município.

Diante do cenário de redução da produção de petróleo e gás na Bacia do Espírito Santo, conforme apresentado no Caderno 1, o CMPG assume um papel central em Aracruz ao conduzir os debates sobre o uso estratégico dos *royalties*. Sua atuação fomenta a participação ativa da comunidade nas decisões, fortalecendo a transparência e o alinhamento das políticas locais às necessidades da população.

O conselho reúne representantes do poder público e da sociedade civil organizada, realiza reuniões abertas e registradas em atas públicas, o que garante transparência e permite que a população acompanhe as decisões. Além disso, o Conselho pode ajudar a monitorar os impactos do descomissionamento e propor ações para proteger os serviços públicos e a economia local.

Mais do que expressar opiniões, a sociedade civil ocupa um espaço formal nas deliberações sobre investimentos, fazendo do conselho um exemplo de planejamento participativo em escala municipal, onde a comunidade compartilha responsabilidades com o poder público.



Quer acompanhar o trabalho do **Conselho Municipal de Petróleo e Gás de Aracruz**?

Acesse o site pelo QR Code e consulte atas, calendários e membros.

Em escala estadual, o **Fórum Capixaba de Petróleo, Gás e Energia**, criado em 2013, atua como um espaço de articulação público-privada, integrando empresas, governo, instituições de ensino e fomento, Sebrae, entre outros, para alinhar iniciativas locais e nacionais e fortalecer a cadeia produtiva regional. Coordenado pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) em parceria com o governo estadual e empresas operadoras de petróleo e gás, o fórum funciona como espaço consultivo de planejamento setorial.

O fórum elabora diagnósticos, agendas e relatórios que orientam as estratégias do setor. Embora tenha foco no setor produtivo, também contribui para a reflexão sobre alternativas diante da transição econômica provocada pela redução na arrecadação de *royalties*.

Ainda em escala estadual, a **Comissão Especial de Petróleo, Gás e Energia da Assembleia Legislativa do Espírito Santo** foi criada em 2019, por meio da Resolução nº 5.910/2019, representando o planejamento em nível político. Formada por parlamentares, a comissão organiza audiências públicas e consulta especialistas para discutir os impactos do setor no estado.

Esses debates criam espaço para que diferentes vozes sejam ouvidas e para que demandas sociais cheguem à agenda legislativa. Embora não decida sobre a aplicação direta dos recursos, a comissão fortalece o planejamento político ao dar visibilidade às questões do setor e ampliar o debate democrático.



Saiba mais sobre o **Fórum Capixaba de Petróleo, Gás e Energia**.

Acesse o QR Code e acompanhe os relatórios.



Confira mais informações sobre a **Comissão Especial de Petróleo, Gás e Energia**.

Acesse o QR Code

Criado em 2019 pela Lei Complementar nº 914/ 2019, o **Fundo Soberano do Espírito Santo** é um exemplo de planejamento financeiro de longo prazo. Formado por parte das receitas do petróleo, ele funciona como uma reserva financeira para o futuro, a fim de proteger a economia capixaba para períodos de queda na arrecadação e para o financiamento de projetos estratégicos. O fundo nasce da percepção de que a renda do petróleo é temporária e precisa ser planejada para o futuro, evitando que a queda abrupta comprometa serviços essenciais.

Embora a sociedade civil não tenha assentos na gestão do Fundo, a transparência e a divulgação de informações permitem que a população acompanhe e fiscalize sua aplicação. Esse controle social é fundamental para garantir que os recursos sejam investidos em projetos que tragam benefícios coletivos, e não apenas ações de curto prazo.

A Rota Estratégica do Petróleo e Gás no Espírito Santo 2035 mostra como o estado tem planejado o futuro da cadeia produtiva. Conduzida pelo Observatório da Indústria da Findes, a iniciativa organizou oficinas e debates com empresas, governo e instituições acadêmicas para construir cenários de longo prazo.

Sua limitação está na pouca representatividade das comunidades locais e movimentos sociais. Ainda assim, a Rota oferece informações técnicas que podem ajudar na criação de políticas públicas mais abertas à participação da sociedade. A Rota aponta cenários que podem orientar a diversificação econômica necessária diante da redução da arrecadação dos *royalties*.



Consulte informações sobre o **Fundo Soberano do Espírito Santo** e acompanhe sua gestão.

Acesse o QR Code

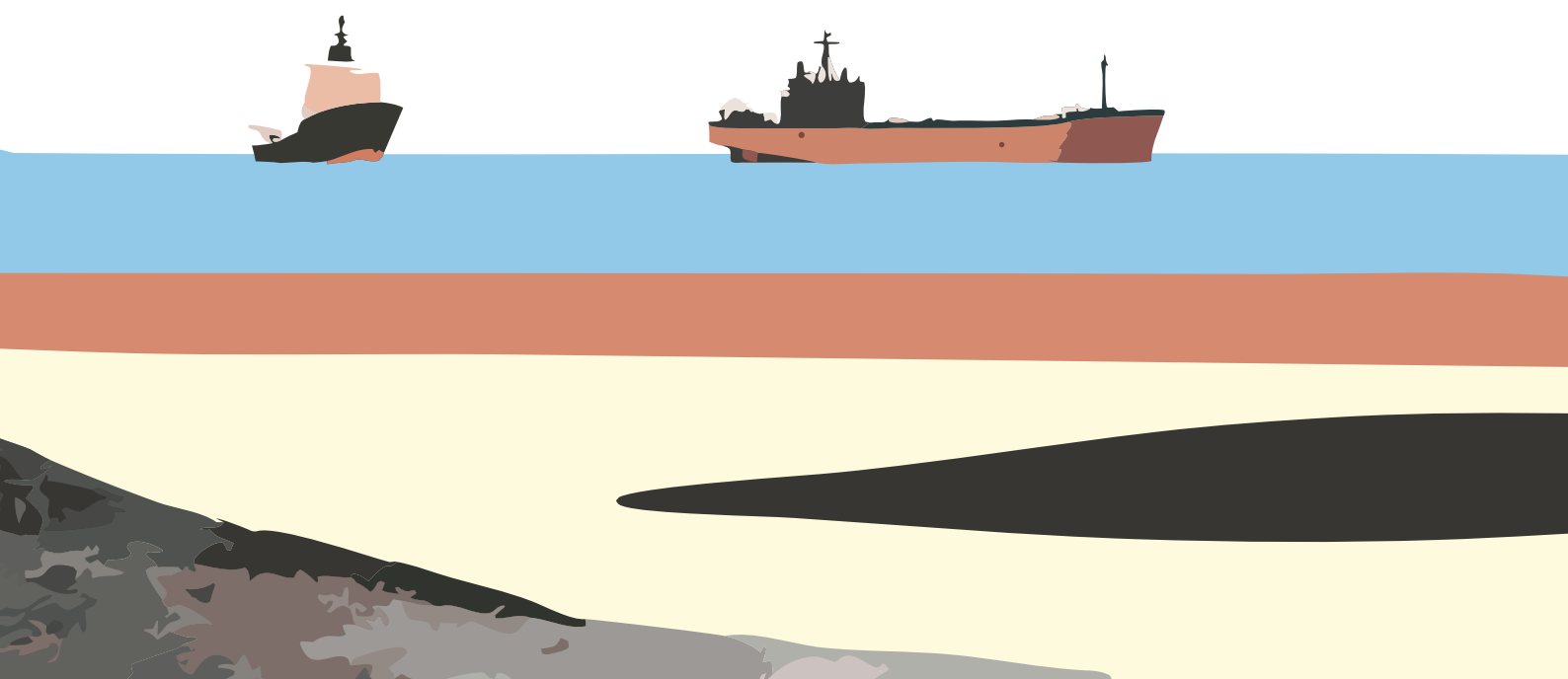


Para mais informações sobre os caminhos que **A Rota 2035** aponta para o setor de petróleo e gás

Acesse o QR Code

Essas experiências revelam que o Espírito Santo possui uma variedade de mecanismos voltados ao planejamento e à participação social. Em alguns casos, como o Conselho de Aracruz, a sociedade civil organizada ocupa lugar formal nas decisões. Em outros, como o Fórum Capixaba de Petróleo, Gás e Energia, o Fundo Soberano e a Rota 2035, a presença da sociedade é indireta ou parcial.

O desafio é ampliar a representatividade desses espaços, garantindo que a comunidade esteja incluída nas decisões que vão moldar o futuro do litoral capixaba.





Unidade 3:

Novos horizontes



O cenário de redução da produção de petróleo em alto-mar na Bacia do Espírito Santo não significa o fim das oportunidades. Ao contrário, este desafio abre caminho para pensar em novas formas de desenvolvimento econômico que valorizem a diversidade e a vocação do litoral capixaba, garantindo qualidade de vida para as próximas gerações.

Se os *royalties* e as participações especiais sustentaram políticas públicas durante 25 anos, agora é hora de transformar essa experiência em aprendizado e construir alternativas de longo prazo. Isso vale para o processo de descomissionamento: ele não deve ser visto apenas como fim de um ciclo, mas como oportunidade de planejar novas atividades e garantir que a transição econômica seja justa para trabalhadores e comunidades.

Uma das principais estratégias de ação é diversificar a atividade econômica dos municípios, reduzindo a dependência das rendas petrolíferas. Nesse sentido, o Espírito Santo se destaca:

o fortalecimento de outras cadeias produtivas, como siderurgia e mineração, agricultura, celulose, rochas ornamentais e metalmeccânica, faz com que os municípios da Bacia do Espírito Santo tenham uma baixa dependência de *royalties* em seus orçamentos.



É importante reforçar que a produção de petróleo e gás em alto-mar não se encerra de imediato na Bacia do Espírito Santo. A extensão de vida útil dos campos e o aumento da taxa de recuperação prolongam essas atividades, enquanto novas explorações podem abrir outras oportunidades.

Para além disso, energia eólica em alto-mar é uma alternativa nesta transição econômica. O Espírito Santo já começa a receber estudos e projetos para instalar aerogeradores *offshore*, aproveitando os ventos constantes da costa. Essa fonte renovável pode gerar empregos, atrair investimentos e reduzir a dependência de combustíveis fósseis.

O desafio é garantir que esse novo setor seja implantado com planejamento, respeitando comunidades pesqueiras e o equilíbrio ambiental. A gestão compartilhada será essencial para que a partir do diálogo entre empresas, governos e sociedade, sejam definidas as áreas de instalação, as compensações e os benefícios coletivos.



O fortalecimento da pesca também é fundamental para que a região litorânea avance em uma transição econômica alinhada à tendência da **Economia Azul**. A atividade pesqueira acompanha a história do Espírito Santo e continua a ser fonte de alimento, trabalho e identidade para milhares de famílias. A redução da produção de petróleo pode abrir espaço para investimentos em cadeias produtivas que melhorem a infraestrutura dos portos, ampliem o beneficiamento do pescado e garantam mercados mais estáveis para os pescadores. Ao mesmo tempo, é fundamental preservar os recursos marinhos, respeitar períodos de defeso e apoiar a pesca artesanal, que mantém viva a memória e a cultura do litoral.

Importante!

A **Economia Azul** é definida como o uso sustentável dos recursos oceânicos para crescimento econômico, melhoria dos meios de subsistência e criação de empregos, ao mesmo tempo em que fomenta a preservação e a saúde dos ecossistemas marinhos. Um exemplo local dessa perspectiva é o **Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Espírito Santo (ZEEC-ES)**, que visa, por meio de um processo participativo com comunidades locais, empresas e instituições, identificar potencialidades e vulnerabilidades para definir usos adequados da terra e do mar, com o objetivo de proteger ecossistemas, valorizar comunidades tradicionais e planejar o crescimento de forma equilibrada.

Essas frentes apontam para um mesmo objetivo: diversificar a economia e ampliar as oportunidades sem comprometer o território. Para que tenham sucesso, precisam ser construídas de forma participativa, com arranjos de gestão compartilhada em que a sociedade assuma responsabilidades e colhe resultados. Nesse contexto, o acompanhamento social do descomissionamento é parte essencial do processo, pois dele depende não apenas o destino das plataformas, mas também o futuro das comunidades e dos territórios costeiros.

E, assim, chegamos ao final desta coleção de cadernos. O futuro do litoral capixaba será definido com participação ativa da sociedade, presente no acompanhamento, nas cobranças e nas decisões.

O mar é espaço de vida, cultura, trabalho e memória, mas também de novos horizontes.



Relembrando

O litoral do Espírito Santo é espaço de encontros: do mar com a terra, dos modos de vida tradicionais com novas atividades econômicas, das memórias do passado com os projetos para o futuro. Hoje, esse território vive um tempo de transformações, marcado pela redução da produção de petróleo e pelo processo de descomissionamento de plataformas. São mudanças que desafiam as comunidades e exigem novas formas de organização coletiva.

Nesse cenário, a participação social e a gestão compartilhada deixam de ser apenas ideais e se tornam instrumentos concretos, essenciais para orientar escolhas e promover justiça. Conselhos, fóruns, fundos e comissões mostram que existem caminhos possíveis, ainda que nem sempre completos ou totalmente representativos.

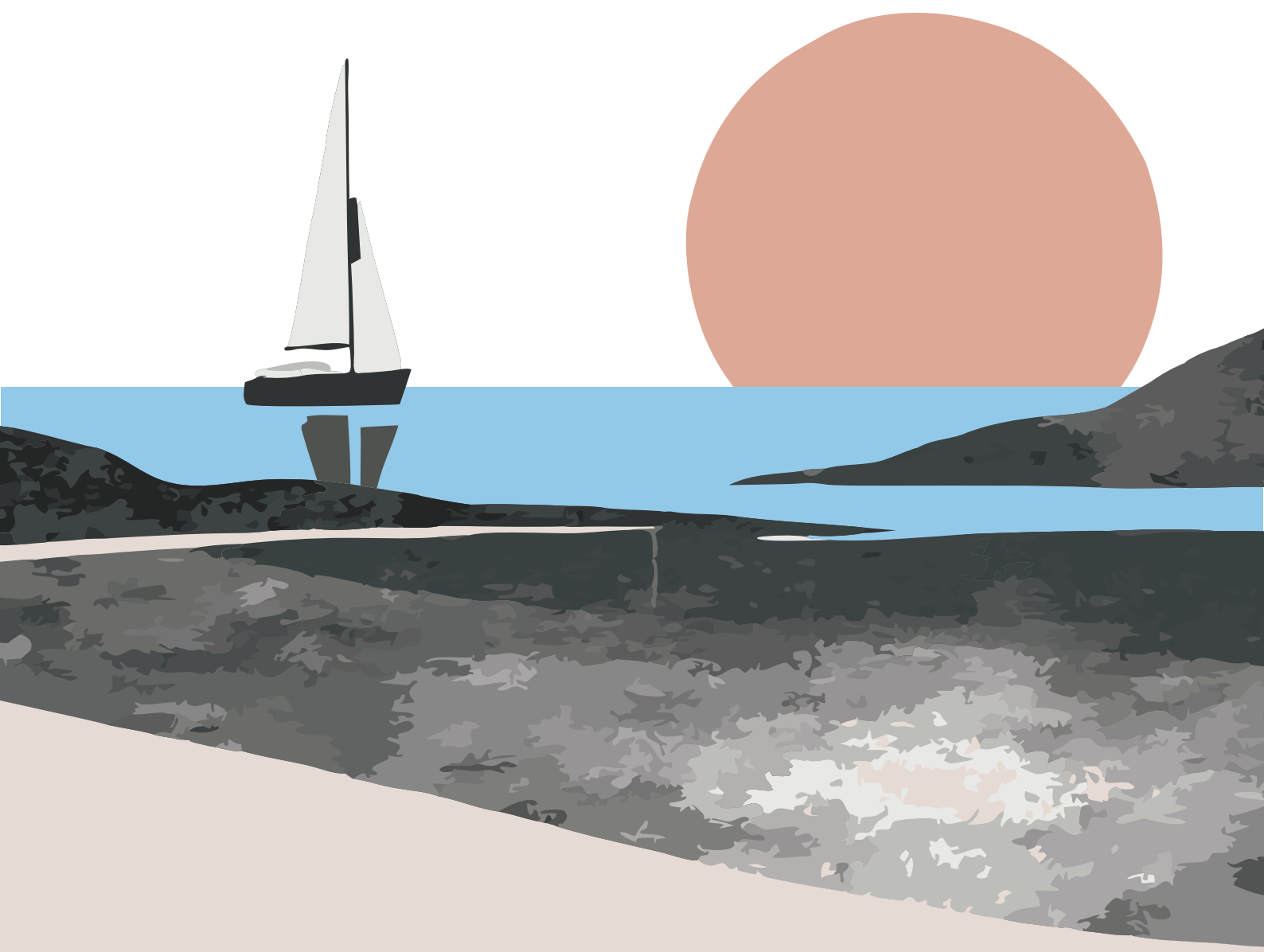
Ao mesmo tempo, novas oportunidades despontam e revelam que a economia do litoral capixaba pode ser diversa e sustentável.

O desafio está em articular esses caminhos de modo que as comunidades não fiquem à margem, mas assumam papel central nas decisões.

Relembrar esse percurso é perceber que o futuro não virá pronto:

ele depende de soluções coletivas e de longo prazo.

O mar continuará sendo espaço de trabalho, cultura e memória. Mas é nossa missão transformá-lo em espaço de renovação e de novos horizontes.



Glossário

Agenda política: Temas prioritários que estão em discussão pelos governantes.

Arranjos institucionais: Conjunto de regras, estruturas e acordos que organizam o funcionamento das instituições públicas.

Audiência pública: Evento aberto onde o governo apresenta propostas e ouve a opinião da sociedade.

Controle social: Fiscalização das ações do poder público feita pela sociedade.

Deliberação pública: Processo de discussão coletiva para tomar decisões sobre temas de interesse comum.

Direitos fundamentais: Direitos básicos garantidos pela Constituição, como saúde, educação e liberdade.



Diversificação econômica: Estratégia para desenvolver diferentes setores da economia e reduzir a dependência de um só.

Economia Azul: Modelo que valoriza o uso sustentável dos recursos do mar e das zonas costeiras.

Espaços de participação: Locais ou canais onde a população pode se manifestar e influenciar decisões.

Gestão compartilhada: Modelo de gestão onde diferentes setores colaboram na tomada de decisões.

Mobilização social: Ação coletiva para defender causas ou promover mudanças.

Participação social: Envolvimento da população nas decisões que afetam sua comunidade e seu território.

Planejamento participativo: Planejamento feito com a colaboração ativa da população.

Planejamento territorial: Organização do uso do espaço geográfico para atender às necessidades da população.

Políticas públicas: Conjunto de ações e decisões do governo para resolver problemas da sociedade.

Problema público: Questão que afeta a coletividade e exige ação do Estado.

Sociedade civil organizada: Conjunto de organizações não governamentais que atuam em defesa de interesses públicos.

Transição econômica: Mudança gradual de um modelo econômico para outro mais sustentável ou inovador.

Transparência pública: Prática de tornar as ações do governo acessíveis e compreensíveis para todos.

Referências bibliográficas

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas públicas: conceitos e análise em revisão**. Revista Agenda Política, v. 3, n. 2, p. 12-42, jul./dez. 2015.

ARACRUZ. **Prefeitura Municipal. Conselho Municipal de Petróleo e Gás**. Aracruz, ES, [2006]. Disponível em: <https://www.aracruz.es.gov.br/conselho/conselho-municipal-de-petroleo-e-gas-cmpg-8>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO (ALES). **Comissão Especial de Petróleo, Gás e Energia**. Vitória, ES. Disponível em: <https://al.es.gov.br/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Governo do Estado. Fundo Soberano do Espírito Santo**. Vitória, ES, 2019. Disponível em: <https://fundosoberano.es.gov.br/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FINDES). **Fórum Capixaba de Petróleo, Gás e Energia**. Vitória, ES, [2013]. Disponível em: <https://findes.com.br/forum-capixaba-de-petroleo-e-gas/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

OBSERVATÓRIO DA INDÚSTRIA/FINDES. **Rota Estratégica do Petróleo e Gás no Espírito Santo 2035**. Vitória, ES, 2019. Disponível em: https://observatoriofindes.com.br/wp-content/uploads/2024/12/rota_petroleoegas.pdf. Acesso em: 26 ago. 2025.

PORFÍRIO, Francisco. **Políticas públicas.** Brasil Escola, [2020]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-inicio-das-politicas-publicas-para-saude-no-brasil-republica.htm>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SEBRAE. **Políticas públicas: conceitos e práticas.** Série Políticas Públicas, v. 7. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.



Equipe PEA HorizontES

Empresa operadora | BW Energy

Ana Paula Gomes - Coordenadora de Meio Ambiente

Marcela Siqueira - Especialista em Socioeconomia

Tatiana Maffra - Gerente de Sustentabilidade

Estela Pandolfi - Analista de Sustentabilidade

Empresa executora | EnvironPact

Vinicius Alves - Gerente de Projetos

Fernanda Vieira de Maria - Analista de Projetos

José Wallace Monteiro Christh de Souza - Coordenador Técnico do PEA HorizontES

Lucas Aragão - Supervisor Pedagógico do PEA HorizontES

Julia Tedesco - Supervisora de Campo do PEA HorizontES

Carolynne Orlandi - Assistente de Pesquisa do PEA HorizontES

Pesquisa e conteúdo

Ísis Perdigão

José Wallace Monteiro Christh de Souza

Lucas Aragão

Diagramação

Brandesign



Ouvidoria BWE

Em caso de dúvidas, sugestões ou reclamações, entre em contato com a BWE pelos seguintes canais:



(27) 3111-0069



ouvidoria@bwenergy.no

Linha Verde Ibama

IBAMA - Coordenação de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás (COPROD/CGMAC)



(21) 3077-4270



coprod.rj@ibama.gov.br

Denúncias para a Linha Verde do IBAMA: 0800 61 80 80



Para saber mais sobre as operações e os projetos da BWE visite o site através do QR-Code ao lado.



HORIZONTES

Projeto de Educação Ambiental

